

1462.^a assembleia, 5 de abril de 2023

8 Juventude e Desporto

8.1 Comité Diretor Europeu de Juventude (CDEJ), Conselho Consultivo para a Juventude (CCJ) e Conselho Conjunto da Juventude (CMJ)

Memorando Explicativo do Comité de Ministros aos Estados-Membros, relativo à Recomendação CM/Rec(2023)4 sobre participação juvenil das pessoa ciganas

A necessidade e a relevância da recomendação

Na última década, as pessoas jovens ciganas e as organizações de jovens de etnia cigana debateram algumas das suas preocupações e necessidades prioritárias durante vários processos, atividades e eventos do Conselho da Europa, nomeadamente: a primeira conferência de pessoas jovens ciganas do Conselho da Europa, «Voicing the Aspirations and Projects of Roma Youth in the Council of Europe», que teve lugar em 2011 em Estrasburgo; a conferência de pessoas jovens ciganas de 2015, «Roma Youth Issues and Future Policy Orientations for the Participation and Inclusion of Roma Youth»; a *Declaração dos Jovens Ciganos de 2015*; as orientações do Conselho Conjunto da Juventude para a implementação do *Plano de Ação para a Juventude Cigana 2016-2020*; a Avaliação de 2016 do *Plano de Ação para a Juventude Cigana* do Conselho da Europa; o «Estudo sobre os resultados e o impacto do Plano de Ação para a Juventude Cigana (2016-2019)»; o seminário de 2019 «Roma Youth Participation: What now?»; o trabalho do *Grupo de Trabalho sobre a Participação dos Jovens Ciganos*, estabelecido pelo Conselho Conjunto da Juventude.

As pessoas jovens ciganas que participaram nestes processos apontaram muitas vezes as desigualdades estruturais, o racismo diário, os preconceitos inconscientes e a discriminação como barreiras comuns que afetam os seus direitos e a sua participação. E, com efeito, em toda a Europa, uma em cada quatro pessoas ciganas é jovem. Ao transitarem da infância para a idade adulta, muitas das pessoas jovens da etnia cigana enfrentam obstáculos estruturais e desigualdades no acesso aos direitos humanos. Por exemplo, devido às injustiças e desvantagens históricas, à marginalização e ao desinvestimento, e ainda ao racismo estrutural e ao anticiganismo contemporâneos, a percentagem de pessoas jovens ciganas que frequentam a universidade é de apenas 1%; só na UE, nos países com uma população cigana significativa, 63% da juventude cigana, entre os 16 e os 24 anos, não frequentam o ensino nem qualquer formação, nem têm emprego. Foram documentadas outras desigualdades preocupantes no acesso das pessoas jovens ciganas aos direitos sociais, económicos, culturais, políticos e civis pelas comunidades de investigação e elaboração de políticas, nomeadamente a Agência dos Direitos Fundamentais da UE.

As pessoas que participaram nos eventos e processos do Conselho da Europa também sublinharam que as políticas e as medidas destinadas a acabar com os obstáculos e as desigualdades estruturais com que se deparam as pessoas jovens ciganas não existem ou são insuficientes ou deficitárias. Como concluiu o relatório [«Roma Youth Participation – Roma Youth Participation and Inclusion in Standards, Policies, and Programmes in Europe»](#) encomendado em 2020 pelo Grupo de Trabalho do Conselho da Europa sobre a Participação das Pessoas Ciganas, "na Europa, as políticas ainda não referiram nem abordaram de forma sistemática e contínua as necessidades dos jovens ciganos. Até à data, raramente foram desenvolvidas e implementadas políticas, normas e programas específicos para e com jovens ciganos aos níveis local, nacional e europeu. Além disso, as abordagens de integração ou dupla integração com inclusão dos jovens ciganos não têm sido implementadas de forma sistemática na elaboração de políticas a nível nacional e europeu".

Por outro lado, a abordagem universal e racialmente neutra nas políticas centradas na juventude, centradas no género e outras políticas relevantes não tem tido em conta a história, as necessidades e as realidades da juventude cigana e de outras pessoas jovens historicamente marginalizadas.

Para enfrentar estes obstáculos estruturais, a recomendação chama a atenção para os direitos e as necessidades e prioridades específicas das pessoas jovens ciganas e para a importância de as incluir nas principais leis, políticas (nomeadamente as que incidem sobre saúde, habitação, emprego ou educação), medidas e programas aos níveis local, nacional e europeu. A recomendação também instrui os Estados-Membros a procederem à integração dupla dos assuntos relativos às pessoas jovens ciganas nas políticas relativas à população cigana e à juventude.

As pessoas jovens e as organizações ciganas europeias também destacaram a falta de quadros, processos e oportunidades adequadas que garantam a participação, a liderança e a representação das pessoas jovens ciganas nos processos democráticos, aos níveis local, nacional e internacional. Com efeito, a participação das pessoas jovens ciganas tem sido fortemente afetada pelo racismo e pelo legado de desigualdades históricas e estruturais.

A participação e a representação das pessoas jovens ciganas nos processos e estruturas democráticas, bem como os seus direitos políticos e cívicos, capacidades e escolhas têm vindo a ser negligenciados pelos decisores políticos aos níveis local, nacional e europeu. Como sublinharam as pessoas jovens ciganas que participaram no inquérito online *Phiren Amenca de 2020*, estas enfrentam muitos obstáculos à participação na vida pública e política, incluindo a falta de confiança no Estado e nas instituições públicas e a falta de espaço para as pessoas jovens ciganas nas principais estruturas de juventude. Além disso, como determinou o relatório do Grupo de Trabalho do Conselho da Europa, durante o desenvolvimento e a aplicação de normas, políticas e medidas específicas e gerais, os decisores políticos a nível nacional e europeu, não garantiram a participação das pessoas jovens ciganas, nem sequer ao nível da sua presença física nesses fóruns.

Um processo participativo na génese e preparação da recomendação

Contudo, na última década, as pessoas jovens ciganas manifestaram as suas preocupações e exigências de participação nos processos e estruturas democráticas de forma mais vigorosa e completa. As pessoas jovens de etnia cigana também criaram organizações e redes nacionais e internacionais, incluindo a *Phiren Amenca* e a *TernYpe*. Assumiram a liderança na orientação do movimento cigano para participação em campanhas europeias de reconhecimento e comemoração das vítimas do Holocausto de etnia cigana e *sinti* e da sua resistência.

Foram várias as iniciativas intergovernamentais que também promoveram a participação das pessoas jovens ciganas. O Departamento da Juventude do Conselho da Europa envidou esforços no sentido de ouvir, conhecer e integrar as exigências e necessidades das pessoas jovens ciganas e reforçar as suas vozes, a sua capacidade e o seu poder. O *Plano de Ação para a Juventude Cigana 2011-2015* envolveu mais de 2300 participantes diretos nas atividades do Conselho da Europa. Além disso, mais de 1589 jovens de etnia cigana beneficiaram diretamente do *Plano de Ação para a Juventude Cigana 2016-2019*, e muitos outros milhares participaram em eventos de comemoração, cursos de formação sobre direitos humanos, seminários e outras atividades. Da mesma forma, o programa conjunto da União Europeia e do Conselho da Europa *ROMACTED* recorreu a processos participativos para mobilizar as pessoas jovens ciganas para Grupos de Ação Comunitária ao nível local e fazer ouvir as suas necessidades e prioridades. Algumas iniciativas nos Balcãs Ocidentais e na Turquia resultaram na criação de clubes de pessoas jovens ciganas, iniciativas lideradas por jovens de etnia cigana e pela administração local, uma maior participação das pessoas jovens ciganas nos conselhos locais de juventude e a inclusão das prioridades das pessoas jovens de etnia cigana nos Planos de Ação Locais.

Esta recomendação é o resultado da vontade e das propostas dos líderes juvenis de etnia cigana e seus associados que participaram nos eventos, relatórios de avaliação e processos no âmbito da juventude do Conselho da Europa na última década, e também dos membros do Grupo de Trabalho do Conselho da Europa sobre a Participação das Pessoas Jovens Ciganas. Como foi referido, estas iniciativas envolveram sobretudo as e os jovens pertencentes às comunidades ciganas e, por isso, não têm um inventário suficiente das necessidades e prioridades das pessoas jovens nómadas. No entanto, o mandato do Conselho da Europa também inclui as comunidades nómadas e, por conseguinte, a recomendação chama a atenção dos Estados-Membros para que garantam que as medidas adequadas previstas nesta recomendação e no seu anexo, bem como outras políticas e medidas específicas manifestadas pela juventude nómada, para apoiar a participação das pessoas jovens nómadas e fazer face às desigualdades estruturais e à discriminação que enfrentam.

Sobre as populações ciganas e nómadas em causa

O Conselho da Europa, juntamente com outras instituições intergovernamentais, utiliza os termos "Ciganos e Nómadas" para englobar uma grande diversidade de grupos abrangidos pelo trabalho do Conselho da Europa neste domínio:

- a. Roma, Sinti/Manush, Calé, Kaale, Romanichals, Baiaxe/Rudari
- b. Egípcios dos Balcãs (Egípcios e Ashkali)
- c. Grupos de leste (Dom, Lom e Abdal)
- d. Grupos como os Nómadas, os Yenish e outros designados pela expressão administrativa "Gens du voyage", bem como aqueles que se identificam como "Ciganos".

No entanto, é importante salientar que os membros de alguns grupos incluídos no grupo da etnia cigana não consideram o termo "cigano" inclusivo das suas experiências e identidades. Assim, para os efeitos da presente recomendação, reconhecemos as limitações da utilização que fazemos do termo "cigano". No futuro, esperamos que os membros da comunidade, os líderes, os organizadores e os académicos pertencentes a todos os grupos referidos supra divulguem enfaticamente os elementos de semelhança e de união em debates abertos e inclusivos, e nos apoiem e orientem nas mudanças de terminologia.